



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



## **RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 27.06.2013

**Proc. n.º:** 165 – SI 107/13

**Horário início:** 9h

**Término:** 10h30min

**Assunto:** Reunião com representantes da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento-SMGEPE para tratar de todos os contratos assinados com a Caixa Econômica Federal-CEF e em análise na unidade de Representação de Desenvolvimento Urbano e Rural-REDUR, em Novo Hamburgo/RS.

**Requerente:** Vers. Renato Kranz e Marcos Gehlen.

**Convidados:** Secretaria Kellen Viegas de Mattos Ghiselli.

**Presentes:** Lista de Presenças anexa ao referido processo.

**Principais pontos Destacados:** Vereador Kranz disse que a reunião visava tratar de questões envolvendo os contratos e convênios junto à CEF, de recursos oriundos de emendas parlamentares, ou do orçamento da união, do Programa de Aceleração do Crescimento PAC-2, assinados na Administração Municipal anterior. Ressaltou que alguns desses contratos têm prazos fixados através de decreto assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, determinando que o repasse dos recursos oriundos de todas as emendas parlamentares de dois mil e onze encerrariam no dia trinta de junho. Salientou que a preocupação é com esses contratos assinados e o objetivo é analisar a situação atual de cada um deles. A Secretaria de Gestão e Planejamento Kellen Ghiselli esclareceu que todos os contratos que demandam do Decreto n.º 7654/11, foram revistos, reanalisados, alguns refeitos na sua íntegra, que outros permaneceram idênticos ao projeto inicial, como a praça do Loteamento Prolurb, que já está em fase de licitação. Salientou que os contratos e projetos são avaliados segundo o critério de economicidade e de viabilidade técnica, na medida em que estão envolvidos recursos de contrapartida municipal muito elevados. Dos seis projetos envolvidos nesse Decreto: 1) Cancha de areia no Loteamento Prolurb – contrato n.º 37157589/11 – está com o processo licitatório aberto, com o crédito em conta e o Município já garantiu junto ao Ministério do Esporte que o recurso não será perdido; 2) Revitalização da rua Ramiro Barcelos, com recursos orçados em R\$ 195.000,00 – contrato n.º 37445820/11 –, recursos obtidos junto ao Ministério do Turismo. Está na mesma situação da cancha do Loteamento Prolurb, com o processo de licitação aberto; 3) Construção do Terminal Rodoviário, projeto vinculado ao Ministério das Cidades, no valor de R\$ 690.000,00 – contrato n.º 375182-25/11 –, tem cláusula suspensiva até a entrega oficial de toda a documentação que está em trânsito hoje para a CEF. Segundo a Secretaria, o Engenheiro Carlos, responsável técnico pela obra, está fazendo as últimas análises hoje à tarde. A Secretaria pretende que, até o final da tarde, a CEF retire a cláusula suspensiva mediante a apresentação dessa documentação. A Secretaria enfatizou que estão cumprindo os prazos, que todos os projetos estão dentro dos prazos do Decreto e que até amanhã, às dezoito horas, se espera que o Município tenha o aporte do recurso em conta,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



de acordo com contato feito junto ao Ministério das Cidades, a partir de conversa com a Diretora Isabel. Destacou que o projeto foi totalmente refeito, reduzindo os valores inicialmente orçados, em virtude de que ele não atenderia, segundo a análise do atual gestor municipal, as necessidades básicas do que a comunidade precisaria. Reforçou que o valor orçado para o atual projeto não chega a quinhentos mil reais e que o Município teve uma redução da contrapartida, prevista em menos de cem mil reais. Confirmou que o Terminal sairá no mesmo lugar, atendendo o mesmo número de municípios, com redução de valores; 4) Construção do Ginásio de Serra Velha, com recursos do Ministério do Esporte, com repasse de R\$ 195.000,00, a partir de uma emenda parlamentar – contrato n.º 369089572/11. Disse que esse contrato foi destratado, o recurso foi devolvido. Segundo a Secretaria, a devolução do recurso ocorreu em virtude da Administração passada não ter apresentado um projeto pronto para a execução da obra, além de não se ter a legalidade da área, nem previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias–LDO 2013. Salientou que a atual gestão proveu toda a documentação solicitada e que estava previsto uma contrapartida municipal de R\$ 365.849,01. Ressaltou que, quando o projeto já estava com seu andamento final, no mês passado, ele já estava orçado em cerca de um milhão de reais, pois, segundo a Secretaria, o projeto necessariamente precisa atender todas as exigências normativas requeridas pelo Ministério do Esporte. Assim, disse que, somente acrescentando rede de energia elétrica trifásica para a região para atender essas normativas, o custo saltaria para um milhão e duzentos mil reais. Afirmou que a Administração devolveu o recurso e que irá construir todo o pavilhão com o valor da contrapartida, cujo projeto está orçado em cerca de R\$ 370.000,00, com uma área construída de 930 m<sup>2</sup>. Garantiu que o pavilhão sairá, assim, com recursos próprios, cuja contrapartida não estava prevista na LDO 2013, até dezembro, na medida em que se constatou a inviabilidade técnica de efetivar o que estava previsto no contrato anterior. Ressaltou que, quando se trabalha com recursos públicos, é necessário analisar o critério da economicidade, bem como as necessidades da comunidade. Assim, reconheceu que a questão da rede trifásica encareceria por demais o projeto e que a AES Sul só instala esse tipo de rede na medida em que há previsão de retorno financeiro para a companhia de energia elétrica, como instalação de empresas na área beneficiada; 5) Implantação de rótula na Avenida Júlio Renner, recurso oriundo do Ministério do Turismo, no valor de R\$ 292.500,00, com contrapartida municipal de R\$ 198.966,15 – contrato n.º 37552564/11. Segundo a Secretaria, esse contrato também foi destratado porque o projeto foi elaborado com intenção de implantar rótula acima da Assistência Social/Secretaria Municipal de Saúde–SMS. Observou que, ao receberem as contas no início do mandato, com o déficit, o governo não teria esse aporte para efetuar a contrapartida, bem como o projeto foi revisado pela atual gestão, que constatou a necessidade de implantação de uma rótula abaixo, próxima a SMS. Destacou que, como o



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



projeto foi direcionado para aquele ponto, esse recurso só poderia ser usado para isso. Esclareceu que esse foi o valor contratado, mas a CEF não recebeu nenhuma documentação desse projeto. No entanto, observou que esse valor de contrapartida já passava de duzentos mil reais. Prometeu que a atual gestão irá realizar a rótula uma esquina abaixo, onde existe uma maior periculosidade, com esse valor de duzentos mil reais. Por fim, ressaltou que o contrato foi destratado pelo alto valor da contrapartida, pela não previsão na LDO 2013, pela não elaboração do projeto e pelo interesse da gestão em fazer algo que realmente atenda a comunidade; 6) Pavimentação com pedra irregular da rua Alemanha, com recursos federais de R\$ 98.200,00, com contrapartida municipal de R\$ 9.554,54 – contrato n.º 37281385/11: segundo a Secretaria, o projeto está sem cláusula suspensiva, apenas aguardando a liberação. Ressaltou que o único contrato que tem cláusula suspensiva é o do Terminal Rodoviário e que acredita que nenhum recurso será perdido. **Outros contratos em andamento, cuja prestação de contas também foi alvo da reunião:** Pavimentação com pedra irregular da rua Getúlio Vargas – PAC2 – financiamento FGTS, recursos de R\$ 1.260.000,00, com contrapartida municipal em torno de R\$ 443.120,42. Pavimentação das ruas Selma Wallauer com Ernesto Zietlow – PAC2 – financiamento FGTS, R\$ 1.360.000,00, com contrapartida em torno de R\$ 268.000,00. Disse que receberam email da REDUR, no dia de ontem, com a solicitação de algumas complementações e que já estão resolvendo as demandas. Contou o Engenheiro Mário é o responsável pelo projeto. Ressaltou que esses projetos constituem em endividamento para o Município, por se tratarem de financiamentos, e que esses recursos poderiam ser buscados a fundo perdido. Sobre as obras do Arroio São Miguel, disse que existe contrato assinado de um recurso de R\$ 4.027.999,83, com uma contrapartida que era prevista em R\$ 212.000,00. A empresa Toniolo Busnello, que venceu a licitação para executar a obra, solicitou um aditivo de quase um milhão de reais. Observou que o Município não tem esse dinheiro em caixa. Assim, salientou que o projeto será refeito, não serão feitas as galerias, mas o desassoreamento da área, a limpeza e a melhoria dos espaços existentes. Contou que a SMGEP está mapeando todos os arroios problemáticos e que será feita uma obra para resolver esse problema com esses recursos que não serão devolvidos, pois a obra está paralisada. Disse que esse trabalho já foi autorizado pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas–DEFAP. Sobre as salas de vacina das Unidades Básicas de Saúde–UBS, contrato n.º 34586991/10, afirmou que todas as pendências foram entregues, que estão em análise e aguardando posição do Ministério da Saúde. UBS bairro Santo Antônio: segundo a Secretaria, estão verificando a viabilidade de alterar para o bairro Olaria e que já fizeram a solicitação junto ao Ministério da Saúde. Destacou que a obra não está prevista na LDO 2013 e que a Administração pensa em levar a Unidade de Pronto Atendimento–UPA para o bairro Santo Antônio. Sobre o Talude, disse que os recursos estão em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



adequação, que falta vir um aporte de R\$ 425.000,00 para poderem terminar a obra e que estão resolvendo as pendências apontadas pela CEF. Destacou que o valor total é de R\$ 730.000,00. Pórtico da RS 240: segundo a Secretaria, a obra estava embargada. Comunicou que está agendada uma reunião com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem–DAER para esclarecimentos sobre dúvidas quanto ao projeto. Regularização fundiária de algumas escrituras: afirmou que foi um projeto recebido com pendências que já foram resolvidas, e que o Município recebeu um recurso de R\$ 33.216,00 com uma contrapartida de R\$ 42.077,00. Salientou que houve uma sobra no projeto, totalizando R\$ 14.800,00, que foram devolvidos. Segundo a Secretaria, o projeto está em fase de prestação de contas. Sobre a conclusão das obras de reforma na Escola Municipal de Educação Fundamental–EMEF José Pedro Steigleder – contrato n.º 026332344/08 –, disse que o projeto está em análise na REDUR, aguardando para sanar as pendências. Segundo a Secretaria, o valor repassado foi de R\$ 97.500,00, com R\$ 73.499,00 de contrapartida. Com relação à pavimentação da rua Antônio Inácio, junto ao Ministério do Turismo, disse que a CEF está finalizando o projeto. Destacou que a atual gestão recebeu o projeto com alguns problemas, que muitas adequações precisavam ser feitas, que a SMGEP está resolvendo, e que a CEF está realizando as últimas análises para poder finalizá-lo. Quanto ao asfaltamento da rua Capitão Cruz, recurso obtido junto ao Ministério das Cidades, a Secretaria disse que o projeto está na fase de prestação de contas, e que também o receberam com problemas que foram resolvidos. Falou de Emenda ao Orçamento da União, da Deputada Federal Manuela d'Ávila (PCdoB), para revitalização do Palácio Rio Branco e colocação de elevador para acessibilidade no mesmo. Sobre a Transcitrust, lembrou que existe um contrato com o governo do Estado, cujo convênio não foi renovado no fim do ano passado junto ao DAER, para que a Prefeitura recebesse o recurso para finalizar a obra. Disse que estiveram em Brasília solicitando recursos e que o Deputado Federal Marco Maia (PT) fará emendas para aporte de recursos para a Transcitrust e para sinalização turística e de segurança na mesma. Quanto à aquisição de equipamentos para a UBS no bairro Timbaúva, afirmou que o projeto foi totalmente aprovado, aguardando apenas a liberação dos recursos do Fundo Nacional da Saúde. Sobre a UBS no bairro Estação, a Secretaria esclareceu que toda a documentação foi entregue. Quanto às obras de ampliação da EMEF Esperança, esclareceu que o processo está na Procuradoria-Geral do Município–PGM para elaboração de projeto de lei autorizando abertura de crédito especial. O Vereador Kranz comentou que o Ministério do Esporte contemplou o Município de Montenegro com um centro esportivo e que existe uma portaria do Ministério determinando que a construção dos mesmos deve ser dar em áreas de vulnerabilidade social. Lembrou que governo passado indicou terreno junto ao Loteamento Mão de Pilão, nos fundos da EMEF José Pedro Steigleder, que, segundo o Vereador, é a área de maior vulnerabilidade social da cidade. Contou que o Procurador do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Montenegro Cidade das Artes**



Município João Elias Bragatto disse, em reunião realizada na Câmara, que a área indicada pelo Município seria aquela junto ao Fórum, no bairro Senai. Perguntou, assim, onde está cadastrado e em que situação está o centro esportivo. A Secretaria Kellen disse que o projeto foi cadastrado no Ministério do Esporte em janeiro deste ano e que aquela é uma área de vulnerabilidade social, reconhecendo que a área anteriormente indicada também é de vulnerabilidade. Porém, segundo a Secretaria, lá existem um ginásio, o SESI, e várias áreas e espaços para os quais serão levados outros projetos para atenderem a comunidade. Ressaltou que a escolha daquela área não é definitiva, e que a SMGEP está em estudos para definir a área final. Esclareceu que, até o início da obra, o lugar projetado para a sua construção pode ser alterado e que o local para tanto está sendo estudado de acordo com a maior necessidade do Município. Destacou que a SMGEP realiza um estudo social e técnico muito profundo para definir a área e apontou outras áreas com grande índice de vulnerabilidade no Município, como os bairros Ferroviário e Santo Antônio.

**Encaminhamentos:** A Presidenta Rosemari Almeida solicitou que a planilha apresentada fosse enviada por email para ser repassada a todos os Vereadores a fim de poder acompanhar o andamento dos projetos e convênios e que a Câmara ficará no aguardo sobre o que acontecerá com o projeto do Terminal, cujo prazo se encerra sexta-feira, às dezoito horas, quanto à cláusula suspensiva. A Secretaria Kellen comprometeu-se a encaminhar até segunda-feira os documentos relativos aos recursos oriundos dos contratos, da situação do Terminal Rodoviário junto à CEF, bem como encaminhar, por email, para que fosse distribuída entre os Gabinetes dos Vereadores, a relação com a situação detalhada e atualizada de todos os contratos e convênios em andamento no Município de Montenegro. *Nada mais havendo a tratar, às dez horas e trinta minutos, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Renato Kranz-PMDB  
1.º autor**

**Ver.ª Rosemari Almeida  
Presidenta**